

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 488.177 - SP (2019/0002167-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : MAURO EVANDO GUIMARAES
ADVOGADO : MAURO EVANDO GUIMARAES - SP204341
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GIVANILDO MARIANO LEITE (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de GIVANILDO MARIANO LEITE, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2167171-21.2018.8.26.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi denunciado pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I, II, por duas vezes, na forma do art. 70, ambos do Código Penal (roubo circunstanciado). Ao receber a exordial acusatória, em 17/4/2018, o Magistrado de primeiro grau acatou o pedido formulado pela autoridade policial e decretou a prisão preventiva do acusado (fls. 633/641), tendo o mandado sido cumprido em 2/8/2018.

Irresignada, a defesa impetrou *mandamus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS – ROUBO – PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR ADUZIDA ILEGALIDADE – INOCORRÊNCIA – LIBERDADE PROVISÓRIA – DESCABIMENTO – PRESENTES OS REQUISITOS LEGAIS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR, NÃO SE COGITA ILEGALIDADE DA PRISÃO PROCESSUAL – ORDEM DENEGADA. (fl. 669).

No presente *mandamus*, o impetrante alega a ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal – CPP, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada, pois baseada exclusivamente na gravidade abstrata do delito

Aponta a ausência de contemporaneidade do decreto preventivo, destacando que a prisão preventiva foi decretada tão somente após mais de ano da ocorrência dos fatos.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da custódia antecipada imposta, com a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

Indeferida a liminar (fls. 693/694) e informações prestadas (fls. 698/722), o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem de ofício (fls. 724/729).

É o relatório.

Decido.

O *habeas corpus* está prejudicado.

Isso porque, do andamento processual obtido na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que em 13/11/2019, nos autos da Ação Penal. n. 0020981-70.2017.8.26.0320, foi proferida sentença absolvendo o ora paciente, tendo sido expedido alvará de soltura em seu favor.

Assim, constata-se a perda superveniente do objeto deste *mandamus*.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 15 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator